

O PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹

Beatriz Ferreira dos SANTOS²
Graduanda em Pedagogia
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli)

Jhéssyca da Silva HOFFMANN³
Graduanda em Pedagogia
Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli)

Márcia Perini VALLE⁴
Professora do Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos/SP

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em investigar os motivos pelos quais não existem psicopedagogos atuantes no contexto escolar, no município de Linhares/ES. A metodologia utilizada foi com base em uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão, usando autores como Bossa (2019), Paín (1985) e Weiss (2015). O trabalho contou ainda com uma pesquisa de campo que consistiu em uma entrevista com a coordenadora da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Núcleo Espírito Santo (ABPp-ES) e análise documental de legislação específica sobre a inserção do Psicopedagogo no contexto escolar, nos municípios de Serra e Vitória. Observaram-se alguns movimentos que abrem espaço para a atuação desse profissional no ambiente escolar, a aprovação da Lei Nº 9692/2020, do município de Vitória, e a tramitação do Projeto de Lei Nº 63/2021 apresentado à Câmara Municipal da Serra. Nesse sentido, este trabalho se alinha com a apresentação para a sociedade da necessidade de valorização do psicopedagogo no ambiente escolar.

Palavras-chave: Psicopedagogo; Contexto Escolar; Aprendizagem.

Introdução

“O psicopedagogo em contexto escolar: desafios e possibilidades” foi um tema que gerou interesse após a reflexão sobre a prática psicopedagógica e o quanto poderia ser benéfico sua atuação na instituição escolar. Após os acontecimentos do último ano com a pandemia da Covid-19, que levou ao distanciamento social e, conseqüentemente, ao fechamento das escolas por um longo período, afastando os educandos do ambiente escolar. Recentemente, as escolas foram reabertas, mas ainda se percebem os efeitos dessa carência educacional, que resultaram em dificuldades de aprendizagem maiores do que poderiam ter antes desse momento caótico em nível mundial. Devido ao enfrentamento das dificuldades

¹ Artigo resultante do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Espírito Santo.

² Endereço eletrônico: biaferrer98@gmail.com.

³ Endereço eletrônico: jhessycahoffmann@gmail.com.

⁴ Endereço eletrônico: marciapvalle@gmail.com.

encontradas no processo de ensino-aprendizagem durante esse período, constatou-se a importância ainda maior de um apoio psicopedagógico no ambiente escolar.

A pesquisa para este trabalho teve como objetivo investigar a ação psicopedagógica no ambiente escolar para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com dificuldades de aprendizagem. Para alcançar tal objetivo, a metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão e uma pesquisa de campo que, inicialmente, seria realizada em uma escola de Ensino Fundamental no município de Linhares-ES. Porém, como não foi encontrado nenhum Psicopedagogo atuando no contexto escolar, a pesquisa foi redirecionada para uma entrevista com a coordenadora da Associação Brasileira de Psicopedagogos – Núcleo Espírito Santo (ABPp-ES), a fim de levantar dados sobre a atuação psicopedagógica no contexto escolar no estado do Espírito Santo. A partir disso, também foi realizada uma análise documental de legislação específica sobre a inserção do Psicopedagogo no contexto escolar em municípios do estado do Espírito Santo que se organizaram para tal.

Para se chegar ao objetivo do estudo, é interessante, em primeira instância, refletir a respeito da Psicopedagogia e seu surgimento como ciência, e com isso compreender a necessidade de sua existência.

O termo Psicopedagogia ainda hoje pode gerar certa confusão por parte daqueles que ouvem falar dessa área sem de fato conhecê-la. Muitos podem achar que se trata de uma dimensão da Psicologia com ramificação na Pedagogia, mas, segundo Bossa (2019, p.19), a área surgiu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem e não somente como um campo de estudo da Psicologia a Pedagogia. Ela ainda fala que:

Os diversos autores que tratam da Psicopedagogia enfatizam o seu caráter interdisciplinar. Reconhecer tal caráter significa admitir sua especificidade enquanto área de estudos, uma vez que, buscando conhecimentos em outros campos, cria o seu próprio objeto condição essencial da interdisciplinaridade. Ao admitir essa interseção, não nos resta alternativa senão abandonarmos a ideia de tratar a Psicopedagogia apenas como aplicação da Psicologia a Pedagogia [...]

Com isso, fica claro que o campo psicopedagógico não está sujeito à Psicologia e nem à Pedagogia, mas utiliza dos seus conhecimentos, e não somente deles, para delinear seu objeto de estudo.

Breve contexto histórico da Psicopedagogia no Brasil

Para se falar em Psicopedagogia em contexto escolar, devemos compreender, primeiramente, o surgimento da Psicopedagogia no cenário brasileiro, que teve, como

influência, o contato com a literatura sobre o tema advinda do país vizinho, a Argentina. Nesse sentido, a literatura brasileira sobre o assunto em questão tem influência direta no trabalho de autores argentinos renomados como Sara Paín (Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem), Jorge Visca (Clínica Psicopedagógica e Psicopedagogia; Novas Contribuições) e Alicia Fernández (A Inteligência Aprisionada) dentre outros (BOSSA, 2019).

Segundo Veiga (2014), em 1954, foi criado o curso de Orientação Psicopedagógica e logo após surgiu o Serviço de Orientação Psicopedagógica, que buscava, com a ajuda dos professores, aproveitar as condições dos estudantes por meio das suas experiências. A partir da década de 1970, com a colaboração de Jorge Visca, é que surgiram os primeiros cursos de especialistas em Psicopedagogia. O grande teórico acompanhou de perto esse movimento, uma vez que pretendia formar profissionais da área psicopedagógica.

A Psicopedagogia surgiu no Brasil na década de 1970 sob influência tanto americana, quanto europeia, via Argentina, os argentinos sob influência dos europeus passaram a cuidar de pessoas portadoras de dificuldades de aprendizagem por mais de 30 anos. Assim, o trabalho de reeducação passou a ser objeto de estudo com base nos conhecimentos da Psicanálise e da Psicologia Genética, além do conhecimento da Linguagem, e da Psicomotricidade, no sentido de melhor entender o comportamento das pessoas com esse tipo de dificuldades (GRAÇA; SILVA; NASCIMENTO, 2016, n.p.).

Na esteira do surgimento da Psicopedagogia no Brasil, em 1980, foi criada a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), em São Paulo, importante acontecimento para a estruturação da nova profissão em âmbito nacional. Ainda na década de 80, mais especificamente em 1985, foi regulamentado o primeiro curso de Psicopedagogia no Brasil, na Faculdade São Marcos, também em São Paulo (COSTA; PINTO; ANDRADE, 2013).

Ainda de acordo com Costa, Pinto e Andrade (2013), em 1997, foi apresentado o Projeto de Lei Federal Nº 3124/1997 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia. Porém, em pesquisa sobre a situação do referido projeto de lei no site da Câmara dos Deputados, percebe-se que ele foi arquivado. Em 2001, em São Paulo, foi aprovado o Projeto de Lei nº 128/2000, estabelecendo a assistência psicopedagógica em todas as instituições de Ensino Básico da rede Pública do Estado de São Paulo.

De acordo com o site da ABPp-ES (2021), esse projeto de lei, aprovado há 20 anos, está sendo colocado em prática, mas foi atualizado para dar seguimento com a Lei nº 15.719, de 24 de abril de 2013, cujo teor se iguala ao nível de obrigações. De fato, em conversa com a coordenadora ABPp-ES, o psicopedagogo se faz presente nas instituições de Educação Básica

(Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme a LDB/1996) da rede pública do Estado de São Paulo.

Ainda segundo Bossa (2019), atualmente existem muitos cursos de especialização em Psicopedagogia, em instituições públicas e particulares de ensino superior. Mas ela salienta ainda que não há, no que se refere ao currículo desses cursos, normas ou critérios básicos para o conteúdo ministrado nesse tipo de formação, isso também pode gerar uma grande diversidade na formação psicopedagógica.

Campo de atuação e prática psicopedagógica

Bossa (2019, p.46) argumenta que “[...] o campo de atuação em psicopedagogia refere-se não só ao espaço físico onde se dá esse trabalho, mas também e, em especial, ao espaço epistemológico que lhe cabe, ou seja, ao lugar deste campo de atividade e ao modo de abordar o seu objeto de estudo”. Dessa forma, levando-se em conta seu foco de trabalho e a forma de analisar o objeto, o campo de atuação muda.

A psicopedagogia tem, como campo de atuação, a área clínica, institucional e empresarial. Este estudo focou na vertente institucional, que tem estudo justificado pela abrangência dessa dimensão, sua relação com o processo do conhecimento, identificação e trabalho sobre os problemas que surgem no decorrer do processo ensino e aprendizagem.

A prática psicopedagógica, de acordo com a história da área, teve como ponto de partida a psicopedagogia clínica que, de acordo com Escott (2004, p. 27), tem como propósito primário a investigação da etiologia⁵. A psicopedagogia clínica pretende compreender a aprendizagem e suas ramificações partindo do contexto social que envolve o sujeito e, com isso, as variáveis que interferem no processo de aprendizado.

A área de atuação institucional é definida por Bossa (2019, p. 116) como:

A Psicopedagogia institucional se caracteriza pela própria intencionalidade do trabalho. Atuamos como psicopedagogos na construção do conhecimento do sujeito, que, neste momento, é a instituição com a sua filosofia, valores e ideologia. A demanda da instituição está associada à forma de existir do sujeito institucional, seja ele a família, a escola, uma empresa industrial, um hospital, uma creche, uma organização assistencial.

A instituição, como um todo, está condicionada ao sujeito institucional e suas particularidades seja ele quem for. A sua construção de conhecimento está atrelada à filosofia e aos valores da instituição. Além de investigar o campo de atuação do psicopedagogo, que

⁵ Etiologia se refere ao ramo do conhecimento cujo objeto é a pesquisa e a determinação das causas e origens de um determinado fenômeno, que no caso seria a aprendizagem e por consequência teria a atuação nas dificuldades da mesma (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2021).

diferente do que se imagina, é cheio de possibilidades profissionais, devemos estender um olhar para como é sua prática e atuação. Somente assim, poderemos analisar seu papel na aprendizagem dos estudantes.

Conforme Veiga (2014, p.34), inicialmente, o psicopedagogo brasileiro tinha como função reeducar os estudantes, mas ao longo do tempo, e com o devido reconhecimento de sua capacidade de atuação, o profissional psicopedagógico passou a ajudar na redução dos problemas de aprendizagem e o temido fracasso escolar. Atualmente, o psicopedagogo espera, além da superação dos problemas de aprendizagem do público que atende, também a superação de diversos outros fatores que compõem a vida do estudante.

Bossa (*apud* SANTOS, 2009, p.18) disserta que a psicopedagogia “[...] surge com o compromisso no processo de aprendizagem e na identificação de facilitadores e comprometedores do mesmo”. O seu papel está em detectar os problemas no processo ensino-aprendizagem, mostrar que nem sempre o que o professor ensina o educando aprende, orientar professores no agir em relação aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e realizar avaliações psicopedagógicas. Reitera, ainda, que o psicopedagogo não substitui o papel da família e professores, mas, sim, caminha junto a eles.

Observa-se que o papel do psicopedagogo vai além de um acompanhamento junto à criança. É necessário o trabalho colaborativo junto ao professor e também à família. Ao professor, torna-se complicado agir sem auxílio quando o assunto se refere às dificuldades de aprendizagem apresentadas por alguns estudantes. Nesse contexto, justifica-se a necessidade do trabalho do psicopedagogo nas escolas.

O papel do Psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes

O termo dificuldade de aprendizagem tem sido utilizado por professores e demais pessoas envolvidas na comunidade escolar para caracterizar a não aprendizagem ou o fracasso escolar de crianças e de adolescentes. Tem sido motivo de estudo pelos mais diversos profissionais preocupados com a aprendizagem, na busca de uma identificação dos fatores que interferem diretamente no sucesso escolar, a fim de melhorar o ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem.

De acordo com o entendimento de Weiss (2015, p.35, grifo do autor), “As dificuldades de aprendizagem são sempre **multifatoriais**. **Não existe causa única**, diferentes questões se entrelaçam na construção da problemática”. Para tratar uma dificuldade de aprendizagem, faz-

se necessário levar em consideração a multiplicidade de questões que envolve o sujeito da aprendizagem.

Paín (1985, p. 27-28) alerta que “[...] podemos considerar o problema da aprendizagem como um sintoma, no sentido de que o não-aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa em uma constelação peculiar de comportamentos, nos quais se destaca como sinal de descompensação”. Nesse sentido, a atuação do Psicopedagogo, frente às dificuldades dos estudantes, torna-se importante processo para a sua superação.

Ainda conforme Paín (1985), os principais fatores que contribuem para o problema da aprendizagem podem ser diversos, dentre os quais se destacam: fatores orgânicos (saúde física deficiente, falta de integridade neurológica, alimentação inadequada), fatores específicos (certos transtornos na área da adequação perceptivo-motora que, embora se suspeite de uma origem orgânica, não é passível de verificação), fatores psicógenos (inibição, fantasia, ansiedade, angústia, inadequação à realidade, sentimento generalizado de rejeição) e fatores ambientais (as possibilidades oferecidas por seu meio, a quantidade e a qualidade dos estímulos que compõem o campo de aprendizagem habitual do sujeito).

Bossa (2019, p.116) esclarece o fato de que o psicopedagogo, em sua atuação, desenvolve o trabalho de identificar e sanar os problemas no processo de aprendizagem. O profissional psicopedagógico deve saber lidar com as dificuldades de aprendizagem para impedir a repetição de ano do estudante ou a sua evasão escolar. Cabe a ele, com seu conhecimento científico advindo de diversas áreas e com a sua ação no campo clínico ou institucional, a capacidade de enxergar a abundância de motivos que geram obstáculos no aprender.

Embora toda criança possa aprender apesar dos obstáculos criados pelas suas dificuldades, o trabalho psicopedagógico se revela de suma importância porque seu olhar sobre o estudante pode não somente extinguir os empecilhos da vida estudantil, mas também apresentar ao educando novas possibilidades como aprendente.

Portanto, considerando que a aprendizagem se dá no campo da educação, a psicopedagogia tem dado uma grande contribuição para a escola. O trabalho psicopedagógico pode ser realizado em diferentes fases da vida escolar do estudante, abrangendo todos envolvidos no processo educativo, o que é muito importante. Porém, independentemente dos fatores que impactam negativamente na aprendizagem, essas dificuldades devem ser identificadas e resolvidas o mais rápido possível.

Diagnóstico e intervenção psicopedagógica na escola

O diagnóstico psicopedagógico institucional é um processo de investigação, em que o psicopedagogo coleta os dados referentes ao estudante e, com isso, utiliza na investigação do processo de sua aprendizagem, levando em conta a variedade dos fatores envolvidos nesse processo educacional.

De acordo com Porto (2006, p.118), para se chegar a um diagnóstico escolar:

O psicopedagogo inicia uma coleta dos dados, sendo um processo com atividades que combinem análise documental, entrevistas (com o estudante, sua família, professores, equipe pedagógica) e observações diretas (em relação ao processo de aprendizagem do estudante e nas relações que estabelece com o mundo que o cerca).

Inicialmente, deve-se dar uma atenção especial à queixa registrada, bem como anotar as dificuldades de aprendizagem que o estudante apresenta. Praticamente, pode-se dizer que a intervenção psicopedagógica começa com a realização de uma anamnese, que é primordial para o início da intervenção, já que ela:

É uma entrevista realizada com os pais ou responsáveis do entrevistado e tem como objetivo resgatar a história de vida do sujeito e colher dados importantes que possam esclarecer fatos observados durante o diagnóstico, bem como saber que oportunidades este sujeito vivenciou como estímulo a novas aprendizagens. A anamnese é uma das peças fundamentais deste quebra-cabeça que é o diagnóstico, pois, por meio dela, nos serão reveladas informações do passado e do presente do sujeito juntamente com as variáveis existentes em seu meio. Observaremos a visão da família sobre a criança, as suas expectativas desde o nascimento, a afetividade que circula neste ambiente familiar, as críticas, os preconceitos e tudo aquilo que é depositado sobre o sujeito (SAMPAIO, 2014, p. 143).

Para Weiss (2015, p.35), nessa entrevista do diagnóstico psicopedagógico, para o educando, “É o momento em que ele começa a enfrentar a sua própria realidade e vai percebendo suas dificuldades, barreiras e, ao mesmo tempo, facilidades, potencialidades. Percebe que pode vencer e crescer ao longo do processo”.

Segundo Weiss (2015), após a coleta das informações fornecidas pelo próprio estudante, sua família e sua vida escolar, a avaliação psicopedagógica determina apenas uma única hipótese diagnóstica que durante todo o processo de intervenção será possível confirmar, realizar reajustes ou descartá-la completamente em favor de novas hipóteses.

De acordo com Mendes (2010), obtendo-se um diagnóstico, é necessário fazer um planejamento com a intervenção adequada. O trabalho do psicopedagogo institucional tem um caráter preventivo e deve contemplar a instituição escolar como um todo. Assim sendo, deve detectar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, orientar o processo de ensino e aprendizagem, buscar estratégias facilitadoras, valorizar as habilidades de cada

estudante, orientar os estudos principalmente em relação ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

No que se refere às estratégias de intervenção psicopedagógicas, tem-se uma gama considerável de possibilidades. De acordo com Bossa (2019, p.171), “[...] entrevistas, trabalho interdisciplinar, grupos terapêuticos, técnicas de realocação de informação diagnóstica, estratégias terapêuticas, assessoramento e coordenação de projetos educativos institucionais e projetos pedagógicos inovadores, entre outros”. Atividades lúdicas e jogos dirigidos favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem de cada estudante, resgatando a autoestima e a vontade de aprender.

No âmbito preventivo, o Psicopedagogo irá detectar possíveis perturbações/alterações no processo de aprendizagem, participará da dinâmica das relações da comunidade educativa e promoverá orientações metodológicas. Este atuará junto à direção, coordenação e as equipes responsáveis do aluno (MENDES, 2010, p. 12).

Em sua atuação no ambiente escolar, o psicopedagogo não só age para solucionar possíveis dificuldades no processo de aprendizagem estudantil, como também se relaciona com a comunidade escolar para acompanhar a metodologia aplicada na escola e também para sugerir determinadas práticas educativas para o benefício dos estudantes.

Encaminhamento metodológico

Este estudo é, em essência, de natureza aplicada por fazer parte da área de Ciências Sociais. Para atingir os objetivos, ele se enquadra na tipologia de pesquisa exploratória-descritiva que, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto investigado possibilitando a sua definição e delineamento.

Nessa investigação, foi utilizada a abordagem qualitativa que, de acordo com as explicações de Prodanov e Freitas (2013), consiste na busca por entender um fenômeno em profundidade, apreender o seu significado e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, por isso foi escolhido esse enfoque: a prática do psicopedagogo perante as dificuldades de aprendizagem.

Em relação ao tipo de método de procedimento, foi definido para a elaboração desta pesquisa o estudo de campo que, para Prodanov e Freitas (2013), consiste, na observação dos fatos e fenômenos da maneira que ocorrem, na coleta de dados e no registro das informações que consideramos relevantes, para analisá-los.

Coleta de dados

Em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema aqui descrito, para dar uma base teórica inicial de referência. No que se refere a obter dados e construir informações, foi planejado fazer uma entrevista semiestruturada com psicopedagogos e análise documental nas instituições de ensino. Porém, por meio de ligação telefônica às escolas, constatou-se a falta de psicopedagogo no contexto escolar.

Diante do cenário apresentado, foram elaboradas novas estratégias para a pesquisa de campo, surgindo, assim, a oportunidade de entrevista com a coordenadora da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Núcleo Espírito Santo (ABPp-ES), para levantar dados acerca da possibilidade de encontrar, em outros municípios do estado do Espírito Santo, profissionais da Psicopedagogia atuando em instituições escolares. A entrevista foi realizada através da plataforma virtual *Google Meet* (devido ao momento atual de pandemia da Covid-19), em 17 de junho de 2021, duração de 2 horas, com a coordenadora da ABPp.

Também foi utilizada uma análise documental de legislação específica sobre a atuação do Psicopedagogo em contexto escolar, a saber:

- ✓ Lei Nº 9692, de 19 de outubro de 2020, do município de Vitória, que visa a garantir o direito ao acompanhamento especializado por equipe multidisciplinar nas escolas públicas e privadas de Vitória para a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A coordenadora de educação especial do município de Vitória informou sobre a lei e enviou o site para acesso e análise;
- ✓ Projeto de Lei Nº 63, de 25 de fevereiro de 2021, apresentado à Câmara Municipal da Serra pelo vereador Wellington Batista Guizolfe, que regulamenta a inclusão do Psicopedagogo no quadro de funcionários da educação nas escolas públicas da rede municipal de ensino da Serra. A Assessora Técnica da Secretaria de Educação do município da Serra enviou, por e-mail, o site para acesso à lei. Esse Projeto de Lei está aguardando prazo de Sanção ou Veto, portanto, ainda não foi aprovado.

Análise de Dados

Diante da constatação inicial da falta do Psicopedagogo no contexto escolar no município de Linhares, o percurso da pesquisa foi alterado de modo a buscar mais informações sobre o fenômeno encontrado. Dessa forma, a análise dos dados levantados na entrevista realizada com a coordenadora da ABPp-ES e a análise documental de duas legislações específicas sobre a inclusão do Psicopedagogo em ambiente escolar, a Lei Nº 9692, de 19 de outubro de 2020, do município de Vitória e o Projeto de Lei Nº 63, de 25 de

fevereiro de 2021, apresentado à Câmara Municipal da Serra, foram feitas de forma contextualizada com o cenário encontrado, ou seja, a falta do profissional psicopedagogo nas escolas.

Resultados e Discussão

Por intermédio de ligações telefônicas, foi possível saber que as escolas públicas da cidade de Linhares não possuem um psicopedagogo disponível para atendimento aos estudantes, fazendo com que os familiares que possuem melhores condições financeiras tenham que procurar um atendimento particular de um psicopedagogo clínico. Dessa mesma forma, foi feita a pesquisa também em escolas privadas do município e, para nossa surpresa, também não há psicopedagogo. Tanto em escolas públicas ou privadas, a presença do profissional sempre se fez necessária e, neste momento em que vivemos a pandemia de Covid-19, a importância do Psicopedagogo na instituição escolar é ainda maior, visto que os estudantes estão realizando suas atividades e muitos estão com bastante dificuldade.

Linhares é o maior município em área territorial do estado do Espírito Santo, possuindo 3.496 Km². Sua sede é cortada, em toda a extensão, pela BR 101, rodovia que interliga o sul ao nordeste do Brasil e por onde são escoados os principais produtos da região. O município está localizado a aproximadamente 130 km de Vitória, a capital do Espírito Santo (IBGE, 2020).

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Probabilidade e Estatística (IBGE de 2020), o município tem aproximadamente 176 688 habitantes. Destaca-se também pelas belezas de suas sessenta e quatro lagoas, que compõem o maior complexo lacustre da América Latina, além de ser banhado pelo oceano Atlântico. Atualmente, a cidade vem se destacando como o maior polo de desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo, visto que sua economia diversificada é um atrativo para novos investimentos.

Segundo o site da prefeitura do município de Linhares (2021), muitas empresas estão se consolidando na cidade como a WEG Motores, Brametal, Ducoco, Imetame e Perfilados Rio Doce. Além disso, da implantação do polo moveleiro, a importância da agricultura e pecuária e o título de grande produtor de petróleo e gás natural faz Linhares estar classificada em quinto lugar quanto ao Índice de Infraestrutura para Grandes e Médios Empreendimentos (IGME).

Em função do desenvolvimento do município de Linhares e região circunvizinha, a demanda pela atuação do psicopedagogo clínico é crescente e notória. Linhares conta hoje

com profissionais atuando no mercado de trabalho como psicopedagogos em consultórios clínicos. Segundo a informação verbal de uma psicopedagoga clínica, essa atuação, apesar de ter começado há pouco mais de uma década, já possui reconhecimento pela importância dos serviços prestados. Segundo uma pequena pesquisa feita por meio de ligação telefônica, atualmente, há cinco psicopedagogos clínicos atuando em diversas clínicas do município. Todavia, também observamos a carência desses profissionais atuando nas escolas, apesar de haver um grande número de estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, a constatação da não atuação do psicopedagogo no contexto escolar nos remete a algumas indagações: por que o psicopedagogo não está inserido no contexto escolar tendo a demanda crescente de estudantes com dificuldades de aprendizagem? Será que as escolas não necessitam de diagnóstico e intervenção psicopedagógica? Ou ainda será que a comunidade escolar não percebe a importância do trabalho do psicopedagogo como contributo na busca da superação das dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos estudantes que, por algum motivo, não conseguem acompanhar com êxito o processo ensino e aprendizagem?

Essas e outras questões merecem atenção e reflexão, principalmente no momento atual de pandemia da Covid-19. A pandemia obrigou toda a sociedade a adotar novas posturas de comportamento: distanciamento social, fechamento das escolas por um longo período, ensino remoto, dentre outros. Os estudantes, professores e familiares se viram diante de um novo desafio, de uma nova realidade que se apresentou.

A crise de saúde causada pela Covid-19 acabou por desencadear outras crises de ordem econômica, social e de desenvolvimento educacional. Associados a essas questões, alguns problemas psicossociais também foram observados impactando diretamente nos processos de aprendizagem. Nesse sentido, a demanda por profissionais qualificados no enfrentamento das dificuldades na aprendizagem se tornou cada vez maior e urgente.

Assim sendo, a importância da atuação do psicopedagogo, tanto clínico quanto institucional, diante desse novo cenário se torna evidente.

A partir dos estudos teóricos e análise de dados relacionados à situação atual de pandemia no Brasil, conclui-se que o psicopedagogo é um profissional de extrema importância na busca por estratégias que atenuem os impactos advindos da pandemia e afetam diretamente no processo de aprendizagem dos alunos identificando e amenizando as barreiras que dificultam a aprendizagem. Atuando em diferentes espaços e tempo, este profissional, em conjunto com demais profissionais, busca ressignificar sua prática e contribuir para a superação das dificuldades (LIMA; SOUZA, 2021, p.815).

Durante muito tempo, a aprendizagem escolar foi associada como algo não prazeroso, difícil. O grande desafio dentro das instituições escolares atualmente é desconstruir esse “pré-conceito” e despertar nas crianças o prazer de aprender.

O psicopedagogo, no contexto escolar, vem para afirmar a ideia de que essas dificuldades são sim compreendidas pela escola, pois há um profissional inserido nesse ambiente exatamente para isso e para ressignificar o processo de aprendizagem para o estudante. Segundo Barbosa (2001, p.42), “a Psicopedagogia, como área que estuda o processo ensino/aprendizagem pode contribuir com a escola na missão de resgate do prazer no ato de aprender e da aprendizagem nas situações prazerosas”.

Percebe-se certa passividade por parte da sociedade, principalmente das famílias dos estudantes, em cobrar das instituições e até mesmo do governo, a presença do Psicopedagogo no contexto escolar. Uma vez inserido na escola, esse profissional atuaria em benefício dos estudantes e também da família, já que ele também pode orientar a família a lidar com a dificuldade identificada e auxiliar na sua intervenção. Isso também nos faz questionar: Por que a sociedade não se movimenta para reivindicar o Psicopedagogo no contexto escolar? Seria porque não conhece a profissão? Se não conhece, por que a sociedade não consegue saber da importância desse profissional nas escolas e, conseqüentemente, a falta que ele faz nesse ambiente? Será que o Psicopedagogo não tem espaço para divulgar sua importância profissional?

Observada a importância do Psicopedagogo no contexto escolar, ao realizar a pesquisa, foi uma imensa surpresa perceber que não há, no município de Linhares, nenhum profissional da área atuando nas instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas. Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de pesquisar se o mesmo fenômeno acontece nas adjacências do município de Linhares, bem como na grande Vitória.

Dessa forma, em entrevista realizada com a coordenadora da ABPp-ES, foi questionado a respeito do cenário encontrado em Linhares. Inicialmente, buscou-se saber a quantidade de profissionais associados à ABPp-ES e qual o campo de sua atuação. A entrevistada informou que, em média, atualmente há 100 psicopedagogos associados, e a grande maioria atua em consultórios próprios. Ainda informou que há alguns que atuam em hospitais e outros atuam em escolas, mas não de forma regular como psicopedagogo institucional e, sim, em outra função.

Quando questionada se a situação da falta do psicopedagogo na escola encontrada no município de Linhares também acontece na grande Vitória, ela informou que acontece da

mesma forma na região. Segundo a coordenadora, em cidades como Cariacica e Vitória, foram realizadas Audiências Públicas e aprovada, em lei, a assistência psicopedagógica. Porém, ainda não se efetivou, na prática.

Há uma dificuldade, por parte das prefeituras, no sentido de inserir esse profissional: em qual secretaria deve ser lotado, qual a verba para a sua remuneração, como organizar seu plano de carreira etc. Nesse impasse, acaba que a inserção do Psicopedagogo em instituições escolares fica difícil. A coordenadora da ABPp-ES ainda informou que essa dificuldade se encontra em todo o estado do Espírito Santo. No nordeste do Brasil, já é algo regular encontrar o Psicopedagogo na escola e, em São Paulo, também existem várias prefeituras onde o Psicopedagogo faz parte do corpo de funcionários das escolas.

A entrevistada afirmou ainda que a Psicopedagogia possui o reconhecimento em função da sua importância em relação às dificuldades de aprendizagem, porém existem trâmites burocráticos que impedem a atuação do Psicopedagogo no contexto escolar. Existe a credibilidade da Psicopedagogia e ela já foi instituída, mas há um entrave burocrático em relação à profissionalização e não à função em si. Ainda é percebida certa confusão em torno da função do Psicopedagogo: muitas vezes, a profissão é confundida com um momento de reforço escolar.

Perguntada sobre qual fator se deve a falta do Psicopedagogo nas escolas, a coordenadora da ABPp-ES afirmou que não acredita que esse fator se passa pela escassez de profissionais. O que falta, na verdade, é a vontade política para que o profissional seja inserido nas escolas. É uma questão muito mais burocrática do que de vontade própria dos Psicopedagogos ou pela ausência de profissionais. É preciso uma nova organização para que essa situação se modifique.

Segundo a entrevistada, nesse período de Pandemia da Covid-19, houve muita busca pelo Psicopedagogo, porém, como não há profissionais nas instituições escolares na região, ocorreu essa procura pelos profissionais que atuam em clínicas. Com esse aumento de demanda, o Psicopedagogo teve um destaque na sua contribuição para ajudar nas dificuldades de aprendizagem e poderia ter sido ainda melhor se estivesse nas instituições escolares. A coordenadora da ABPp-ES informou também que, aproximadamente há quinze anos, o pedagogo achava que ia perder seu espaço nas escolas com a presença do Psicopedagogo, porém é necessário entender que ele é um parceiro do pedagogo na instituição escolar, ele vem para agregar, para ajudar. Hoje, felizmente, não se vê mais essa situação. Nos ambientes

escolares em que há a atuação desses profissionais, existe uma relação de parceria entre ele e o pedagogo, com um compartilhamento de saberes.

A coordenadora da ABPp-ES afirmou ainda que as escolas podem ser levadas a refletir sobre a importância da contratação dos Psicopedagogos para o quadro de funcionários. Ela vê que, a cada dia, a conquista do espaço do profissional vem acontecendo, apesar de ser de forma lenta, e entende que, para que a inserção do profissional ocorra, deve haver uma nova organização das instituições escolares. A entrevistada disse que percebe que as escolas não têm clara a função do Psicopedagogo. Esse profissional deve analisar o contexto escolar como um todo, desde a direção e coordenação até as relações que se estabelecem com as famílias, de forma a chegar nas causas das dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Pode ser que não seja uma causa específica só do estudante, mas também da escola.

Na Psicopedagogia, há uma grande dificuldade de fazer com que apareça as potencialidades dos sujeitos. É preciso entender que o indivíduo não é feito só de limitações, mas também de possibilidades. O Psicopedagogo ajuda nesse sentido, valorizando as potencialidades de cada indivíduo no intuito de ajudar a superar suas dificuldades.

A entrevistada acredita que o Psicopedagogo, futuramente, vai conquistar o seu espaço no ambiente escolar, porque já há pedagogos, com uma atuação psicopedagógica e com esse olhar diferenciado, vai mostrando a importância desse profissional nas instituições escolares.

Ela acredita que durante e após esse momento da Pandemia da Covid-19, o Psicopedagogo, junto com o pedagogo, podem olhar o momento em que estão vivenciando e qual é a necessidade dos estudantes para refletir sobre a prática: o que está trazendo dificuldade é a falta do conteúdo do jeito que vinha sendo aplicado? Será que precisa dar continuidade a esse conteúdo/objetivo? Ou é preciso olhar com mais atenção as possibilidades que os estudantes apresentam?

Dando continuidade à pesquisa, foi realizada uma análise documental de uma lei do município de Vitória, que pretende garantir o direito ao acompanhamento especializado por equipe multidisciplinar (e aí se inclui o Psicopedagogo) nas escolas para a pessoa com TEA e um Projeto de Lei apresentado à Câmara Municipal da Serra que pretende regulamentar a inclusão do Psicopedagogo no contexto escolar. A seguir, os dados obtidos nessa análise documentos são apresentados, analisados e discutidos.

No município da Serra, no Espírito Santo, o vereador Wellington Batista Guizolfe (conhecido como Wellington Alemão) apresentou, em fevereiro de 2021, o Projeto de Lei Nº 63/2021, que dispõe sobre a inclusão de psicopedagogos no quadro de profissionais de

educação nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da Serra. Segundo o texto, o Psicopedagogo deve ficar à disposição da escola para atendimento de estudantes que apresentam uma dificuldade não comum. O Psicopedagogo nesse contexto, então, deverá assessorar a equipe pedagógica, investigando as dificuldades de aprendizagem apresentadas no processo educativo e orientando a família dos estudantes, conforme texto de justificativa do Projeto de Lei 63/2021.

Já o Psicopedagogo tem a formação pedagógica com conhecimentos da aprendizagem escolar e o desenvolvimento humano. Investigará os problemas de aprendizagem. Realizará diagnóstico psicopedagógico relacionados às questões de aprendizagem escolar, e junto com a equipe pedagógica da escola aconselhará e orientará os pais e as crianças nas questões pedagógicas. Ele irá assessorar junto com a equipe pedagógica da escola com diagnóstico, no tratamento do problema já instalado e na prevenção de problemas de aprendizagem. O principal objetivo do Psicopedagogo será identificar a melhor forma de aprender e o que pode estar causando o bloqueio na aprendizagem do aluno (SERRA, 2021, n.p.).

Entretanto, por ser um projeto de lei recente, ele ainda aguarda o prazo de sanção ou veto, isto é, como ainda não foi aprovado, não se efetivou a sua função. Pode-se perceber um avanço em relação à inserção do Psicopedagogo no contexto escolar, mas o que chama a atenção, nessa questão, é que: Por que, somente com a grande demanda de estudantes com dificuldades de aprendizagem, somente em 2021, foi apresentado tal projeto de lei? Por que não foi apresentado anteriormente, dada a importância desse profissional no contexto escolar? E os outros municípios, por que não se manifestam também da mesma forma e pelo menos tentam a inserção do profissional nas escolas por intermédio da criação de um Projeto de Lei?

Na cidade de Vitória, uma lei foi aprovada na Câmara dos Vereadores, a Lei Nº 9692, de 19 de outubro de 2020, que trata da participação dos Psicopedagogos e outros profissionais para compor a equipe multidisciplinar nas escolas. Porém, ao fazer a leitura dessa lei, foi identificada uma característica específica para a atuação desse profissional na escola: o atendimento especializado é destinado apenas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme texto apresentado da lei:

Art. 1º Garante a entrada e permanência de equipe multidisciplinar composta por profissionais especializados nas escolas públicas e privadas de Vitória para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, sempre que for comprovada sua necessidade.

Parágrafo único. A equipe multidisciplinar poderá ser composta por profissionais das áreas da psicologia, psicopedagogia, pedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutrição ou outro profissional que o aluno necessite (VITÓRIA, 2020, n.p.).

Ressaltamos que essa é uma lei recente e que beneficia apenas uma parcela de estudantes. Então, questiona-se novamente sobre o reconhecimento da real função do

Psicopedagogo no contexto escolar. Já foi relatado, neste trabalho, que o profissional atua nas instituições em caráter preventivo, ou seja, impedindo que o indivíduo possa chegar a ter uma dificuldade, assessorando a equipe pedagógica, estudantes e família. Mas, na situação do município de Vitória, a atuação do Psicopedagogo está direcionada apenas aos estudantes que possuem uma dificuldade específica: TEA.

Dessa forma, observamos o quanto a Psicopedagogia é confundida com um reforço escolar. Além disso, acredita-se que não é só uma parcela dos estudantes que deve ter o auxílio do Psicopedagogo, todos precisam ter essa ajuda. Todos os estudantes, por diversas circunstâncias, podem vir a ter dificuldades, então: Por que limitar o profissional apenas a estudantes com TEA? Por que não pensar e compreender a dificuldade que todos os estudantes das escolas possam vir a ter?

Em virtude do exposto no artigo, algumas reflexões se tornam válidas no sentido de se questionar se a presença do psicopedagogo é de conhecimento da sociedade civil, incluindo prioritariamente a comunidade escolar. Outro ponto significativo é se a existência de uma legislação específica, por si só, seria suficiente para garantir a presença do psicopedagogo na escola. Diante disso, é válido o questionamento sobre uma discussão mais profunda sobre a função desse profissional no contexto escolar, no âmbito de uma maior contribuição para o processo de ensino e aprendizagem.

Diante dos resultados apresentados, toda essa constatação da falta do Psicopedagogo atuando em escola surgiu dentro do trabalho original, na própria pesquisa realizada. Desde o contato inicial, por meio de ligação telefônica para as escolas, foi identificada essa situação, trazendo um resultado totalmente surpreendente e inesperado. Ampliando e refazendo o percurso da pesquisa foi possível observar que, em alguns municípios do estado do Espírito Santo, começa a se ter uma certa movimentação em direção à inserção do Psicopedagogo em ambientes escolares.

Considerações finais

Com este trabalho, o intuito inicial era abordar as possibilidades e os desafios que o Psicopedagogo encontraria na atuação dentro da instituição escolar; avaliar a importância e explicar a contribuição do psicopedagogo nesse ambiente; apresentar também seu contexto histórico e investigar como é, na prática, o trabalho do profissional nas instituições escolares do município de Linhares.

Porém, como foi observado, a pesquisa tomou um rumo totalmente diferente e inesperado após o contato telefônico com as escolas, pois foi percebida a falta do Psicopedagogo nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas.

Ao analisarmos essas questões, a imagem passada é de que o Psicopedagogo não é um profissional necessário, não faz diferença ele estar no contexto escolar ou não. O Psicopedagogo é extremamente necessário, principalmente nestes tempos de pandemia da Covid-19. Além disso, a demanda é crescente cada dia mais, o que faz com que a presença do profissional nas escolas seja repensada.

Com a pesquisa realizada com a coordenadora da ABPp-ES, foi possível perceber que a principal razão para a ausência do Psicopedagogo nas escolas é a falta de vontade política e em função dos trâmites burocráticos a serem executados, para que o profissional seja inserido na escola. Apesar disso, o Psicopedagogo começa a ganhar o seu espaço, visto que, em Vitória, já está aprovada a lei nº 9692/2020 regulamentando o atendimento especializado do Psicopedagogo a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, na Câmara Municipal da Serra, há o projeto de lei nº 63/2021, que regulamenta a inclusão do Psicopedagogo no quadro de profissionais da educação.

Também, em entrevista, foi observado que, neste período da pandemia da COVID-19, houve uma grande busca pelo profissional, feita nas clínicas e não nas escolas, já que o Psicopedagogo não está inserido no ambiente escolar. Com isso, o Psicopedagogo, que já teve um grande destaque, teria ainda mais reconhecimento e ajudaria sobremaneira os estudantes se estivesse no contexto escolar.

Como a maioria dos municípios não determina, em lei, a presença do psicopedagogo nas instituições de ensino, essa profissão não é evidenciada para as famílias dos alunos nem para a sociedade.

Percebe-se também, por meio da entrevista com a coordenadora da ABPp-ES e com a pesquisa da lei que regulamenta a atuação do Psicopedagogo nas escolas de Vitória, que a lei existe, está no papel, mas, na prática, isso não se efetiva plenamente.

Aparentemente, esse reconhecimento começa a ter algum espaço, pois, no município de Vitória, já existe uma lei que vislumbra a atuação do Psicopedagogo no contexto escolar, ainda que para um público limitado, pessoas com TEA. Essa lei é ainda muito recente por isso ainda não está sendo colocada em prática, mas já aponta para possíveis caminhos da Psicopedagogia no contexto escolar. Outra consideração importante, nesse sentido, foi a criação de um Projeto de Lei apresentado à Câmara de Vereadores do município da Serra

dispondo sobre a inclusão do Psicopedagogo no quadro de profissionais da educação para auxiliar nas dificuldades de aprendizagem das escolas públicas da rede de ensino da cidade de Serra. Mesmo que tal projeto ainda não tenha sido aprovado, também representa um avanço para que o profissional possa, finalmente, ser inserido nas escolas e, principalmente, para que possa ter ainda mais visibilidade e as pessoas possam perceber a sua importância.

Dessa forma, acredita-se que a legislação em vigor do país e do estado do Espírito Santo, principalmente, precisa valorizar mais o Psicopedagogo e sua importância para as instituições de ensino. São necessárias leis que determinam a presença do profissional no contexto escolar, o que faria também com que os familiares tivessem mais conhecimento sobre quem é esse profissional e sua função dentro da escola.

É importante ressaltar que se fazem necessários meios para que o Psicopedagogo seja reconhecido, e pesquisas como essa são um deles. Com este trabalho, pode-se contribuir para que a profissão seja ainda mais conhecida e reconhecida, além de afirmar a sua importância para a sociedade. Além disso, a partir dele, outras pesquisas poderão surgir abordando o cenário atual da Psicopedagogia no contexto escolar.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPp). **Documentos e referências:** regulamentação. Disponível em: <<https://www.abpp.com.br/abpp-espiritosanto/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.

BOSSA, Nádia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: WAK, 2019.

COSTA, Ana Araújo; PINTO, Telma Maranhão Gomes; ANDRADE, Márcia Siqueira de. Análise histórica do surgimento da psicopedagogia no Brasil. **Interface Educação**, [s. l.], v. 1, ed. 20, p. 10-21, jul. 2013. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/234/258>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de etiologia**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/etiologia/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional:** um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

GRAÇA, Janilce S. Domingues; SILVA, Arleide Barreto; NASCIMENTO, Michelline Roberta S. Aspectos Históricos da Psicopedagogia. In: 9º Encontro Internacional de Formação

de Professores. 10 Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. Estado, Escola e Sociedade na Perspectiva. v. 9, n. 1. **Anais...** 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/linhares.html>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

LIMA, Luciene César de. SOUSA, Léa Barbosa de. Pandemia da Covid-19 e o processo de aprendizagem: um olhar psicopedagógico. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.15, n. 54, fev. 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/ADM/Downloads/3017-12005-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MENDES, Juliana Pires. **A atuação do psicopedagogo na escola regular/inclusiva**. 2010. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/R200191.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PAÍN, Sarah. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. **Economia**. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/economia/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPAIO, Simaia. **Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico**. 5. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2014.

SANTOS, Denise Moreira dos. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Psicopedagogia) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T205038.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SERRA. **Projeto de Lei Nº 63, de 25 de fevereiro de 2021**. Dispõe sobre a inclusão de psicopedagogos no quadro de profissionais de educação, nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da Serra. Serra: Câmara Municipal da Serra, Espírito Santo, 2021.

Disponível em: <<http://www3.camaraserra.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=66315&tipo=2&autor=1130>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VEIGA, Elizabeth Carvalho da. **Psicopedagogia: da epistemologia convergente à psicopedagogia modular**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.

VITÓRIA. **Lei Nº 9692, de 19 de outubro de 2020**. Visa garantir o direito ao acompanhamento especializado por equipe multidisciplinar nas escolas públicas e privadas de

Vitória para a pessoa com transtorno do espectro autista - TEA, e dá outras providências. Vitória, Câmara Municipal de Vitória/ES, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.cmv.es.gov.br/uploads/diario_oficial/20-10-20assinado-1603138086.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **A intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

THE PSYCHOPEDAGOGY IN THE SCHOOL CONTEXT: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

This present paper aims to study the reasons why currently there are no psychopedagogists available in the school environment in the city of Linhares/ES. The methodology is based on a literature review according to authors such as Bossa (2019), Pain (1985) and Weiss (2015). This paper also conducted a field study through interviews with the Brazilian Psychopedagogists Association – Espírito Santo's region (ABPp-ES) coordinator and a documental analysis of legislation about the inserction of psychopedagogists in the school environment in the cities of Serra and Vitória. It is noted that these movements are opening space for this kind of professional in the school environment, such as the approval of Law N° 9692/2020, in Vitória, and the bill N° 63/2021, introduced to the City Council of Serra. Thus, this paper is aligned with the need of valorization of the psychopedagogist in the school environment to society.

Keywords: Psychopedagogist; School Context; Learning.

Enviado em 21/06/2021.